

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS - ECT

Relatório do auditor independente

Informações financeiras trimestrais
Em 31 de março de 2017

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Informações financeiras trimestrais
Em 31 de março de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras trimestrais

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às informações financeiras trimestrais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ("Empresa ou ECT"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração destas informações financeiras trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

Limitações de escopo sobre as provisões de benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD

Conforme descrito na nota explicativa nº12.1.1, a ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, denominada "Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS" e possui consignado em suas demonstrações financeiras provisões para benefícios pós emprego, no montante de R\$1.938 milhões, em 31 de março de 2017. Entretanto, nossa revisão evidenciou as seguintes situações:

- i) Em 31 de março de 2017, o plano de benefícios BD possui em sua carteira ativos terceirizados junto à determinados administradores de fundos de investimentos financeiros e que apresentam indícios de redução ao valor recuperável no valor justo desses ativos, tais como: a) baixos índices de liquidez e solvência de certas empresas investidas pelos Fundos; b) incertezas significativas quanto à continuidade operacional de certas empresas e companhias investidas pelos Fundos; c) modificações e ou abstenções de opinião nos relatórios de outros auditores independentes responsáveis pelas auditorias das demonstrações financeiras de determinadas empresas investidas pelos Fundos; d) ausência de demonstrações financeiras auditadas e atualizadas de certos investimentos da carteira de ativos da entidade de previdência complementar; e) fundos de Investimentos em participações sob investigações em curso de autoridades brasileiras no âmbito das chamadas operações Lava Jato e Greenfiel; f) instauração de procedimentos administrativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para apurar a eventual prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos da patrocinada; e g) o relatório com abstenção de opinião do Postalís - Instituto de Previdência Complementar emitido em 26 de julho de 2017, relativo ao Plano BD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- ii) A determinação do montante da provisão para benefícios pós emprego do plano BD levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares n.º 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50% (cinquenta por cento), cujos critérios, em nosso entendimento, divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15; e
- iii) Atualmente a Empresa continua em processo de contratação de serviços especializados atuariais para análises de conformidade e consistência das folhas de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. O resultado desse trabalho, poderá, eventualmente, resultar em reconhecimentos de novas provisões para benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD.

Considerando os indícios de redução ao valor recuperável em relação ao valor justo dos ativos, utilizado na avaliação atuarial, bem como em função dos assuntos descritos nos itens ii) e iii), acima, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o valor das provisões de benefícios pós emprego no montante de R\$1.938 milhões, bem como sobre os respectivos créditos tributários constituídos sobre essas provisões.

Ativo contingente reconhecido às demonstrações financeiras e desreconhecimento contábil de ativos e passivos fiscais diferidos

Amparada nos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, a ECT, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.4, a Empresa discute e questiona, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que a totalidade dos seus serviços prestados está abrangida pela imunidade recíproca (CF, art. 150, VI, "a", e § 2º e 3º), considerando que a ECT seria uma extensão das atividades da união (longa manus). A Administração da ECT, com base na classificação de êxito como "provável de ganho" recomendada por sua assessoria jurídica e pela atual jurisprudência favorável sobre o tema, decidiu elaborar e apresentar as Informações Financeiras Trimestrais do período findo em 31 de março de 2017 no pressuposto de sua imunidade tributária, dessa forma, no referido trimestre foi consignado em suas Informações Financeiras Trimestrais o acréscimo do ativo em R\$11.7 mil perfazendo o saldo acumulado de R\$ 1.408 milhões, a título de tributos a recuperar em função dos pagamentos indevidos ocorridos. Entretanto, considerando o atual estágio que se encontram as referidas discussões junto à RFB e PGFN, a classificação de risco atribuída pela assessoria jurídica ao mérito e as dificuldades operacionais a serem superadas para que os pedidos de restituições sejam homologados, o referido ativo, nesse momento, é caracterizado como "ativo contingente", conseqüentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$1.408 milhões e R\$689 milhões, respectivamente.

Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações Financeiras Trimestrais, individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Financeiras Trimestrais.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Empresa apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natureza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1. As Informações Financeiras Trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A continuidade operacional da ECT dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de 9 (nove) meses findo em 31 de março de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Demonstrações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Demonstrações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório datado em 20 de junho de 2017, com as mesmas modificações mencionadas acima. As informações financeiras trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram revisadas por nós nem outros auditores independentes.

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S -DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - DF

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre

2017

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente – DRA	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	5
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	7

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto operacional	8
NOTA 2 – Resumo das principais práticas e políticas contábeis	9
NOTA 3 – Caixa e equivalentes de caixa	9
NOTA 4 – Contas a receber	12
NOTA 5 – Estoques	13
NOTA 6 – Outros valores e bens	14
NOTA 7 – Ativo não circulante	16
NOTA 8 – Investimentos	18
NOTA 9 – Imobilizado	18
NOTA 10 – Intangível	19
NOTA 11 – Passivo circulante	19
NOTA 12 – Passivo não circulante	24
NOTA 13 – Patrimônio líquido	28
NOTA 14 – Demonstração do Resultado	28
NOTA 15 – Contribuição social sobre o lucro	31
NOTA 16 – Partes relacionadas	34
NOTA 17 – Outras informações	36

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Circulante		3.456.981	4.386.777	3.486.582	4.417.674
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	625.214	1.689.027	653.331	1.718.673
Contas a Receber	4	2.169.527	2.134.685	2.169.527	2.134.685
Estoques	5	77.060	81.257	77.060	81.257
Outros Valores e Bens	6	585.180	481.808	586.664	483.059
Créditos com Pessoas Ligadas	6.1	45.127	55.227	45.127	55.199
Adiantamentos	6.2	198.407	130.649	198.407	130.649
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	6.3	321.658	276.952	323.142	278.231
Cobrança Jurídica/Inadimplência	6.4	5.393	5.347	5.393	5.347
Outros Créditos	6.5	14.595	13.633	14.595	13.633
Não-Circulante	7	10.356.140	10.101.670	10.326.553	10.070.773
Realizável a Longo Prazo		3.031.495	2.773.394	3.030.097	2.771.035
Aplicações	3.3	602.588	354.956	602.588	354.956
Investimentos não permanentes	7.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos	7.2	18	18	18	18
Tributos Diferidos		661.268	661.268	661.268	661.268
Depósitos Judiciais	7.3	112.753	111.875	112.753	111.875
Valores a Compensar	7.4	1.547.378	1.535.650	1.547.378	1.535.650
Convênio Postal Saúde	7.5	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	7.6	3.079	5.216	1.681	2.857
Investimentos	8	584.234	575.838	556.045	547.300
Investimentos permanentes	8.1	556.079	547.334	556.079	547.334
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
CorreiosPar	8.2	28.189	28.538	-	-
Imobilizado	9	6.640.664	6.646.491	6.640.664	6.646.491
Imóveis		5.667.143	5.671.243	5.667.143	5.671.243
(-) Depreciação Acumulada		(347.470)	(329.909)	(347.470)	(329.909)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.182.734	3.115.612	3.182.734	3.115.612
(-) Depreciação Acumulada		(1.810.817)	(1.759.529)	(1.810.817)	(1.759.529)
Intangível	10	99.747	105.947	99.747	105.947
Softwares		352.508	351.928	352.508	351.928
(-) Amortização		(252.761)	(245.981)	(252.761)	(245.981)
TOTAL DO ATIVO		13.813.121	14.488.447	13.813.135	14.488.447

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Circulante	11	3.597.849	3.932.684	3.597.863	3.932.684
Fornecedores	11.1	525.371	785.733	525.371	785.733
Salários e Consignações	11.2	1.198.863	1.192.310	1.198.863	1.192.310
Encargos Sociais	11.3	213.798	260.903	213.798	260.903
Impostos e Contribuições	11.4	140.496	162.322	140.510	162.322
Arrecadações e Recebimentos	11.5	43.119	48.480	43.119	48.480
Adiantamentos de Clientes	11.6	29.369	5.433	29.369	5.433
Contas Internacionais a Pagar	11.7	80.452	86.149	80.452	86.149
Precatórios Judiciais	11.8	100.458	89.145	100.458	89.145
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	11.9	355.909	410.054	355.909	410.054
Empréstimos e Financiamentos	11.10	2.450	999	2.450	999
Participação nos Lucros e Resultados	11.11	26.503	26.600	26.503	26.600
Receitas a Apropriar	11.12	23.717	19.068	23.717	19.068
Benefício Pós Emprego	12.1	421.992	421.992	421.992	421.992
Obrigações financeiras a pagar	11.13	313.770	290.720	313.770	290.720
Convênio Postal Saúde	11.14	79.682	76.857	79.682	76.857
Outros Débitos	11.15	41.900	55.919	41.900	55.919
Não-Circulante	12	10.450.241	10.269.681	10.450.241	10.269.681
Empréstimos e Financiamentos	11.10	720.924	720.924	720.924	720.924
Benefício Pós Emprego	12.1	8.216.599	8.006.643	8.216.599	8.006.643
Passivos Contingentes	12.2	480.201	474.740	480.201	474.740
Tributos Compensados	12.3	11.271	11.203	11.271	11.203
Tributos Diferidos	12.4	473.321	473.321	473.321	473.321
Mandados e Precatórios	12.5	22.281	18.642	22.281	18.642
Obrigações financeiras a pagar	11.13	493.682	564.208	493.682	564.208
Obrigações Trabalhistas	12.6	31.962	-	31.962	-
Patrimônio Líquido	13	(234.969)	286.082	(234.969)	286.082
Capital	13.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	13.2	4.488.380	4.488.380	4.488.380	4.488.380
Outros Resultados Abrangentes	13.3	(4.016.885)	(3.965.979)	(4.016.885)	(3.965.979)
Prejuízos Acumulados	13.4	(3.885.922)	(3.415.777)	(3.885.922)	(3.415.777)
TOTAL DO PASSIVO		13.813.121	14.488.447	13.813.135	14.488.447

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	4.185.794	4.156.840	4.185.794	4.156.840
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	14.2	(3.784.790)	(3.671.669)	(3.784.790)	(3.671.669)
LUCRO BRUTO		401.004	485.171	401.004	485.171
Despesas com vendas/serviços	14.3	(73.152)	(71.276)	(73.152)	(71.276)
Despesas Gerais e Administrativas	14.4	(830.252)	(833.357)	(831.537)	(833.758)
Resultado de participação em controlada	14.5	(349)	505	-	-
Outras Receitas Operacionais	14.6	38.467	42.994	38.467	42.994
Outras Despesas Operacionais	14.7	(1.594)	(34.389)	(1.640)	(34.446)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(465.876)	(410.352)	(466.858)	(411.315)
Receitas Financeiras	14.8	77.311	87.061	78.293	88.286
Despesas Financeiras	14.9	(81.580)	(152.095)	(81.580)	(152.098)
RESULTADO FINANCEIRO		(4.269)	(65.034)	(3.287)	(63.812)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.126)
Imposto de Renda	15.1	-	-	-	(190)
Contribuição Social	15.1	-	-	-	(69)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.386)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.386)
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício				
Aumento/redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(77.131)	-	(77.131)	-
Aumento/redução do imposto de renda relacionado com itens de outros resultados abrangentes	26.224	-	26.224	-
Aumento/redução em outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(521.052)	(475.386)	(521.052)	(475.386)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS	LUCROS A REALIZAR				
Saldo em 31/12/15	3.179.458	-	-	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
Aumento de Capital:									
Resultado do período	-	-	-	-	-	(475.386)	-	-	(475.386)
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	-	-	6.981	-	(6.981)	-
Saldo em 31/03/16	3.179.458	-	-	-	-	(2.424.119)	(3.036.788)	3.268.650	987.201
Saldo em 31/12/16	3.179.458	-	-	-	-	(3.415.777)	(3.965.979)	4.488.380	286.082
Resultado do período	-	-	-	-	-	(470.145)	-	-	(470.145)
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	-	-	-	(50.906)	-	(50.906)
Saldo em 31/03/17	3.179.458	-	-	-	-	(3.885.922)	(4.016.885)	4.488.380	(234.969)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
1 RECEITAS	4.373.334	4.533.977	4.373.683	4.533.472
1.1 Receitas Operacionais	4.351.642	4.490.478	4.351.642	4.490.478
1.2 Perda de Credito de Liquidação Duvidosa	(16.775)	-	(16.775)	-
1.3 Receitas Não-Operacionais	548	4.104	548	4.104
1.4 Outras Receitas Operacionais	38.268	38.890	38.268	38.890
1.5 Resultado de Participação em Controlada	(349)	505	-	-
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.401.080	1.555.587	1.401.882	1.555.588
2.1 Custo dos Serviços Prestados	1.229.763	1.338.958	1.229.763	1.338.958
2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros	36.058	37.561	36.846	37.561
2.3 Materiais Consumidos	8.500	1.344	8.500	1.344
2.4 Propaganda e Comunicação	2.945	11.661	2.948	11.661
2.5 Utilidades e Serviços	(139)	1.752	(128)	1.752
2.6 Provisões diversas	123.953	164.311	123.953	164.312
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.972.254	2.978.390	2.971.801	2.977.884
4 RETENÇÕES	89.316	75.348	89.316	75.348
4.1 Depreciação/Amortização	89.316	75.348	89.316	75.348
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	2.882.938	2.903.042	2.882.485	2.902.536
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	77.310	87.061	78.293	88.287
6.1 Receitas Financeiras	77.310	87.061	78.293	88.287
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	2.960.248	2.990.103	2.960.778	2.990.823

II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	2.662.112	2.622.375	2.662.541	2.622.727
7.1 Salários, Honorários e Benefícios	2.506.656	2.473.940	2.507.065	2.474.272
7.2 Encargos Sociais	155.456	148.435	155.476	148.455
8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	618.203	653.277	618.301	653.645
8.1 INSS	382.836	373.392	382.887	373.441
8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)	235.367	279.885	235.414	279.945
8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	259
9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	150.078	189.837	150.081	189.837
9.1 Aluguéis, juros, variação cambial	147.489	188.804	147.489	188.804
9.2 Outras remunerações a terceiros	2.589	1.033	2.592	1.033
10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.386)
10.1 Lucro/Reserva Retidos	(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.386)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	2.960.248	2.990.103	2.960.778	2.990.823

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Lucro Líquido do Período	(470.145)	(475.386)	(470.145)	(475.386)
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	89.316	75.348	89.316	75.348
Resultado de participação em controlada	349	(505)	-	-
Provisões	140.728	164.311	140.728	164.311
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	6.936	2.359	6.936	2.359
Receita de Variação Patrimonial	(7.389)	(2.337)	(7.389)	(2.337)
Imunidade Tributária	-	-	-	-
Baixas do Imobilizado/Intangível	2.119	369	2.119	369
Juros sobre Dividendos	-	-	-	-
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Aumento do Contas a Receber	(34.842)	236.745	(34.842)	236.745
Aumento dos Estoques	4.197	(3.363)	4.197	(3.363)
Aumento do Convênio Postal Saúde	10.100	(92.272)	10.100	(92.272)
Aumento/Diminuição de Outros Valores e Bens	(113.472)	(111.927)	(113.677)	(111.959)
Diminuição/Aumento dos Realizável a Longo Prazo	(10.468)	(1.350)	(10.468)	(1.350)
Aumento dos Fornecedores	(260.362)	(314.126)	(260.362)	(314.126)
Aumento dos Salários e Consignações	6.553	36.629	6.553	36.619
Aumento/Diminuição das outras Obrigações	138.478	(420.410)	137.502	(419.925)
Diminuição das Receitas Recebidas Antecipadamente	4.649	1.753	4.649	1.753
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios	(236.679)	(156.219)	(236.679)	(156.219)
Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais	(729.932)	(1.060.381)	(731.462)	(1.059.433)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Diminuição das Aplicações Financeiras	(247.632)	513.911	(247.632)	513.911
Dividendos a Receber	-	-	-	-
Aplicações no Imobilizado/Intangível	(87.701)	(36.725)	(87.701)	(36.725)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(335.333)	477.186	(335.333)	477.186
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	1.451	-	1.451	-
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	1.451	-	1.451	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de Caixa	(1.063.814)	(583.195)	(1.065.344)	(582.247)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília-DF, e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos, em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar, com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2016, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

O Plano Estratégico Correios 2020 foi concebido com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº13.303/2016 foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico, fato que ocorreu no final do segundo semestre de 2016, quando iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos seus objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

1.1 – Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional dos Correios.

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos dois exercícios e na busca atender à demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, ações tem sido adotadas para reverter a atual situação dos Correios, bem como atender a recomendação do Conselho de Administração (CA) de se criar um Programa de Recuperação Financeira e da Qualidade dos Correios (PRFQ) para promover a geração de resultados positivos a serem refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. A Empresa decidiu, como uma das iniciativas para reversão, implantar o Programa de Transformação dos Correios, doravante denominado Programa “DEZ em 1”.

Para tanto, face à envergadura dessa iniciativa, foi contratado parceiro externo para apoiar nesse grande desafio de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontram os Correios

No contexto do Programa “DEZ em 1”, que busca da reversão da atual situação financeira em que se encontra, com o objetivo de tornar os Correios uma empresa mais competitiva e melhorar a eficiência operacional, foi priorizada uma visão sistêmica e de caráter integrador, na estruturação das etapas a serem desenvolvidas: 1) O Planejamento do Programa; elaboração de um Plano de Gestão da Mudança e Monitoramento dos resultados das etapas de trabalho; 2) Apoio à revisão do Plano Estratégico vigente; a definição de um Modelo de Gestão Estratégica; 3) Apoio à definição e implantação de um modelo de planejamento e gestão orçamentária a partir da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); 4) Adequações necessárias no modelo operacional, objetivando alinhamento ao novo Plano Estratégico; e 5) Priorização e otimização de Processos-chave.

Alinhada a essas iniciativas, os Correios vêm adotando uma série de ações com vistas a alavancar as suas atividades econômicas e promover a redução de custos, entre elas estão:

- Implantação de nova Política Comercial com revisão do portfólio de encomendas, desenvolvimento de novos produtos;
- Melhora na qualidade dos serviços prestados visando a redução do volume de indenizações pagas e conseqüentemente a qualidade das entregas encomendas;
- Redução dos custos com pessoal e encargos sociais, com a implementação do Programa de Demissão Incentivada - PDI e o Plano de Redução de Funções;

Outra iniciativa que visa a redução de despesa está relacionada a decisão da Conciliação no Tribunal Superior do Trabalho sobre a forma de custeio do Plano de Saúde, que se aplicadas irão refletir diretamente na redução do cálculo do Pós-Emprego.

Apesar dos resultados negativos apresentados, os Correios, por serem uma empresa pública, não se submetem aos regimes falimentar e de recuperação disciplinados pela Lei de Falência, n.º 11.101/2005. A Empresa equipara-se à Fazenda Pública visto que presta serviços públicos, seguindo rito distinto dos aplicáveis aos empresários e as sociedades empresárias.

Mesmo em estado de insolvência, não pode ser decretada à organização pública a situação de falência, uma vez que a mesma é tida como um braço da União. Desse modo, os compromissos assumidos por ela são garantidos pelo Estado na condição de “subsidiário”. Portanto, numa situação de falência, mesmo que não decretada, cabe ao Estado fazer aportes de capital em suas organizações para que elas possam se reafirmarem no mercado e voltem a apresentar resultados positivos e contribuir novamente para a economia do país.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto e em consonância com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	1.006	11.670	831	697.671
Bancos	7.052	7.053	6.192	6.195
Aplicações	617.156	634.608	1.682.004	1.014.807
TOTAL	625.214	653.331	1.689.027	1.718.673

3.1 – Caixa: em 31/03/17, o valor de R\$ 1.006 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.495 unidades de atendimento, presentes nos os estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referente aos fundos Fundo 13A, Fundo 13B, Fundo 13C, todos do Banco do Brasil, e Fundo X da Caixa.

3.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/03/17 é de R\$ 7.053.

3.3 – Aplicações: de acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos extra mercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

3.4 – Títulos mantidos para negociação

3.4.1.1 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/03/2017

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	1.932	355.050	3.774	-	360.756
BB	13 B	2.074	162.972	4.168	460.111	629.325
BB	13 C	5.138	57.252	275	79.497	142.162
CEF	Fundo X	1.540	31.198	677	62.980	96.395
BB	Cotas Fundo ¹	-	28.116	299	-	28.415
Totais		10.684	634.587	9.193	602.588	1.257.052

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

3.4.1.2 – Posição em 31/03/17

APLICAÇÃO	Consolidado	(%)
LTN	452.516	36,31
NTN-F	43.609	3,50
NTN-B	722.124	57,95
Cotas – Fundo ¹	28.116	2,26
Subtotal	1.246.365	100,02
Ajuste ²	(296)	(0,02)
Total	1.246.069	100,00

APLICAÇÃO	Consolidado	(%)
Imposto de Renda	(8.894)	(0,71)
Líquido	1.237.175	99,29

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

²Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	377.318	-	103.899	28.116	(8.894)	(296)	500.143
2018	37.332	1.978	95.134	-	-	-	134.444
TOTAIS	414.650	1.978	199.033	28.116	(8.894)	(275)	634.587

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2019	18.699	1.437	181.033	-	-	-	201.169
2020	19.167	-	142.075	-	-	-	161.242
2021	-	12.402	199.983	-	-	-	212.385
2023	-	12.085	-	-	-	-	12.085
2025	-	10.139	-	-	-	-	10.139
2027	-	5.568	-	-	-	-	5.568
TOTAIS	37.866	41.631	523.091	-	-	-	602.588

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

3.4.1.3 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Instituição	Fundo	Consolidado					Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante		
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações		
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693		894.721
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578		893.100
BB	13 C	551	40.436	-	101.944		142.931
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741		108.362
BB	Cotas Fundo ¹	-	29.643	78	-		29.721
Totais		696.840	1.014.807	2.232	354.956		2.068.835

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

3.4.1.4 – Posição em 31/12/16

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,37
NTN-F	50.965	3,71

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo ¹	29.722	2,17
Subtotal	1.373.581	100,12
Ajustes ²	(1.586)	(0,12)
Total	1.371.995	100,00
Imposto de Renda	(2.232)	(0,16)
Líquido	1.369.763	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
TOTAIS	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331	-	20.973	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
TOTAIS	63.494	41.143	250.319	-	-	-	354.956

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	31/03/17	31/12/16
Serviços Faturados	1.367.464	1.435.184
Serviços a Faturar	236.549	173.564
Cartões de Crédito	14.627	14.156
ACF/Prestação de Contas	678	401
ACC/Prestação de Contas	3.125	2.360
Débitos ACC	18	35
AGC/Prestação de Contas	139	136
Débitos Internacionais	457.755	437.547
AGF/Prestação de Contas	10	208
AGF/ Débitos Negociados	1.731	1.914
Valores a receber de AGF	85.056	67.711

CRÉDITOS	31/03/17	31/12/16
Direito a receber AGF – Lei postal	2.341	1.466
Outros Débitos de Clientes	34	3
TOTAL	2.169.527	2.134.685

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	31/03/17	31/12/16
Vencidos até 30 dias	60.273	69.065
Vencidos de 31 a 60 dias	31.253	13.566
Vencidos de 61 a 90 dias	23.765	8.175
Vencidos de 91 a 120 dias	29.203	3.969
Vencidos de 121 a 180 dias	3.735	21.860
Vencidos de 181 a 365 dias	36.178	17.997
Acima de 365 dias	15.757	14.234
Total de Valores Vencidos	200.164	148.866
A Vencer	1.167.300	1.286.318
Total a Receber	1.367.464	1.435.184

4.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 31,93% e 5,92% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 1º trimestre de 2017

Títulos de empresas privadas vencidos ao fim do 1º trimestre de 2017 (31,93% do saldo)	46.446
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim do 1º trimestre de 2017 (5,92% do saldo)	5.804
TOTAL	52.250

PECLD – 2016

Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
TOTAL	37.430

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	31/03/17	31/12/16
Saldo Total em 1º janeiro	37.430	18.828
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(93)	(130)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	37.337	18.698
Adições	14.856	18.639
PECLD não dedutível em 31 de março	52.193	37.337
Perdas dedutíveis em 31 de março	57	93
Saldo Total em 31 de março	52.250	37.430

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

NOTA 5 – ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos .

MATERIAIS ESTOCADOS	31/03/17	31/12/16
Material para consumo	62.698	60.327
Material para revenda/almoxarifados	16.487	23.060
Material em consignação	565	565
Perdas com estoque	(2.690)	(2.695)
TOTAL	77.060	81.257

NOTA 6 – OUTROS VALORES E BENS

6.1 – Créditos com Pessoas Ligadas

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	31/03/17	31/12/16
Serviço Saúde	45.127	55.199
Dividendos a Receber	-	28
TOTAL	45.127	55.227

6.1.1 – Serviço Saúde: o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

6.2 – Adiantamentos

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.257	3.257	3.577	3.577
Adiantamento de Férias	71.108	71.108	121.652	121.652
Adiantamento 13º Salário	118.080	118.080	-	-
Demais Adiantamentos	5.962	5.962	5.420	5.420
TOTAL	198.407	198.407	130.649	130.649

6.2.1 – Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referentes aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

6.3 – Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS retenção por clientes	999	999	1.223	1.223
IRRF/Aplicações financeiras	21.762	22.062	3.148	3.227
IR a restituir	203.778	204.888	203.778	204.873
CSLL a restituir	35.038	35.111	35.038	35.142
PIS a restituir/compensar	-	-	-	-
COFINS a restituir/compensar	57	57	57	57

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros	60.024	60.025	33.708	33.709
TOTAL	321.658	323.142	276.952	278.231

6.3.1 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de prejuízo fiscal. Estes valores passam a adquirir a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

6.3.2 – PIS e COFINS a Restituir/ Compensar: referem-se a créditos fiscais atualizados decorrentes da parcela paga indevidamente sobre as regras do regime não-cumulativo, cujo alcance não atinge os entes imunes conforme artigo 150, VI, “a” da CF.

6.4 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, dedutíveis ou não, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	31/03/17	31/12/16
Faturas em cobrança jurídica	1.228	1.146
Débitos de empregados em cobrança jurídica	50	11
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	865	851
Inadimplentes - ACF	179	183
Inadimplentes - ACC	64	62
Inadimplentes - AGF	3.007	3.094
Cobrança jurídica - ISS	-	-
TOTAL	5.393	5.347

6.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	31/03/17	31/12/16
Vale postal internacional - importação	177	171
Outros débitos de terceiros	8.305	7.515
Outros débitos de empregados	6.104	5.477
Venda de imóveis funcionais	9	9
Bens Sucateados	-	461
TOTAL	14.595	13.633

6.5.1 – Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 8.305 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 85% das multas aplicadas a fornecedores.

6.5.2 – Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 6.104 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

6.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 9 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída, anualmente, de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal, para posterior repasse.

6.5.4 – Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 – Investimentos não permanentes

7.1.1 – Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina os Pronunciamentos Técnicos – CPC 38, 39, 40(R1), OCPC 3 e ICPC 16, que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	31/03/17	31/12/16
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)
Outros investimentos	895	895
TOTAL	4.411	4.411

7.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

7.2 – Imóveis Funcionais Vendidos: o valor de R\$ 18 corresponde a resíduo de parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

7.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	31/03/17	31/12/16
Depósitos judiciais	21.743	21.743
Depósitos recursais	16.456	16.510
Depósitos recursais administrativos	68.269	68.269
Penhora de numerários	6.285	5.353
TOTAL	112.753	111.875

Os valores de R\$ 21.743 e R\$ 16.456 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 68.269 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 6.285 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes da empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d) As penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

7.4 – Valores a Compensar:

	31/03/17	31/12/16
Impostos Retidos na Fonte	139.492	139.492
Imunidade Tributária	1.407.886	1.396.158
TOTAL	1.547.378	1.535.650

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016 à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O montante de R\$ 1.407.887 refere-se aos créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, pagos indevidamente nos últimos 5 anos. A empresa, baseada nos julgamentos proferidos pelo Pleno do STF em matéria de repercussão geral, iniciou, em 2016, o pleito dos valores na esfera administrativa por meio de pedidos de restituição, por entender ser imune a impostos conforme 150, VI, “a” da Constituição Federal e não se sujeitar a sistemática da não cumulatividade para cálculo do PIS e da COFINS.

7.5 – Convênio Postal Saúde: Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

7.6 – Outros:

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros créditos a realizar	1.341	150	3.228	1.459
Débitos de ex-empregados	311	311	333	333
Outros débitos de empregados	1.220	1.220	1.065	1.065
Ressarcimentos da Correiospar	102	-	400	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	105	-	190	-
TOTAL	3.079	1.681	5.216	2.857

7.6.1 – Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 1.341 nesta rubrica, R\$ 1.190 referem-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

7.6.2 – Débitos de ex-empregados: referem-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

7.6.3 – Ressarcimentos da Correiospar: referem-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

7.6.4 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar: refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	28.189	-	28.538	-
Museus e coleções	993	993	1.001	1.001
Imóveis Mantidos para Investimento	560.149	560.149	550.406	550.406
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(5.063)	(5.063)	(4.073)	(4.073)
TOTAL	584.234	556.045	575.838	547.300

8.1 – Investimentos Permanentes

8.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/03/17 ¹
Terrenos cedidos/alugados	72.605	-	-	-	-	-	72.605
Prédios cedidos/alugados	5.988	-	-	-	-	(114)	5.874
Terrenos desocupados	448.446	-	-	6.504	-	-	454.950
Prédios desocupados	19.252	-	-	3.032	(704)	(30)	21.550
Instalações desocupadas	43	-	-	300	(235)	(1)	107
Impairment desocupados	(34)	-	-	-	-	-	(34)
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	546.300	-	-	9.836	(939)	(145)	555.052

(1) O valor líquido em 31/03/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

8.2 – Correiospar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante o 1º trimestre de 2017 a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 349, diminuindo o saldo deste investimento para R\$ 28.189, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação / Amortização	Bens Sucateados	Saldo em 31/03/17
Terrenos	3.681.051	-	-	-	(6.504)	-	-	3.674.547
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.429.462	710	-	6.780	(3.290)	(11.116)	-	1.422.546
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-	(50.435)
Instal. em Prédios Próprios	29.762	68	-	10.051	(90)	(994)	-	38.798
Benfeit. em Imóveis de Terc.	40.812	191	(6)	4.198	(4)	(6.347)	-	38.843

Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação / Amortização	Bens Sucateados	Saldo em 31/03/17
Obras em Andamento	160.248	7.280	(956)	-	(21.632)	-		144.939
Subtotal De Imóveis	5.290.408	8.249	(962)	21.029	(31.520)	(18.457)		5.268.747
Móveis e Utensílios	218.090	2.769	(503)	545	(345)	(10.693)	332	210.195
Maquinas e Equipamentos	345.273	1.499	(439)	2.128	(736)	(10.396)	77	337.406
Veículos Motorizados	488.690	7.196	(161)	136	(136)	(19.301)	26	476.450
Veículos não Motorizados	6.232	774	(13)	-	-	(623)	8	6.378
Ferramentas e Instrumentos	409	5	-	-	-	(37)	5	382
Equip. Processamento de Dados	212.385	3.386	(40)	310	(300)	(20.811)	13	194.943
Aquisições em Andamento	85.004	61.159	-	-	-	-		146.163
Subtotal De Móveis	1.356.083	76.788	(1.156)	3.119	(1.517)	(61.861)	461	1.371.917
TOTAL IMOBILIZADO	6.646.491	85.037	(2.118)	24.148	(33.037)	(80.318)	461	6.640.664

(2) O valor líquido em 31/03/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Corresponde aos softwares não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação / Amortização	Valor Líquido em 31/03/17 ¹
Software, Licenc. Similares	105.947	2.663	-	2.225	(2.225)	(8.863)	99.747
TOTAL INTANGÍVEL	105.947	2.663	0	2.225	(2.225)	(8.863)	99.747

(1) O valor líquido em 31/03/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 11 – PASSIVO CIRCULANTE

11.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	525.200	525.200	785.565	785.565
Consignações	150	150	150	150
Outros	21	21	18	18
TOTAL	525.371	525.371	785.733	785.733

11.2 – Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Condições	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	32.061	32.061	15.731	15.731
INSS - Empregado	43.607	43.607	43.578	43.578
Postalis (BD) - Empregado	8.005	8.005	17.654	17.654
Postalis (PostalPrev) - Empregado	24.362	24.362	46.845	46.845
Retenção SEST/SENAT	1	1	2	2
Férias	936.502	936.502	1.068.500	1.068.500
13º Salário	154.325	154.325	-	-
TOTAL	1.198.863	1.198.863	1.192.310	1.192.310

11.3 – Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - empregador	125.218	125.218	128.553	128.553
Postalis - empregador	8.474	8.474	17.822	17.822
SENAI adicional	949	949	956	956
Salário educação	11.857	11.857	11.938	11.938
FGTS	44.342	44.342	56.928	56.928
INSS - contribuinte individual	145	145	240	240
PostalPrev - empregador	22.813	22.813	44.466	44.466
TOTAL	213.798	213.798	260.903	260.903

11.4 – Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS Empresas - retenção fonte	4.942	4.942	6.565	6.565
INSS retenção - contribuinte individual	82	82	123	123
Cofins	62.473	62.485	56.213	56.213
Pasep	12.637	12.639	11.272	11.272
ICMS	4.563	4.563	6.167	6.167
ISSQN - retido de terceiros	4.483	4.483	5.758	5.758
IRF - retido de empregados	24.046	24.046	49.273	49.273
IRF - retido de terceiros	2.262	2.262	2.635	2.635
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	24.967	24.967	23.706	23.706
Outras obrigações tributárias	41	41	610	610
TOTAL	140.496	140.510	162.322	162.322

11.5 – Arrecadações e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADÇÃO E RECEBIMENTOS	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Emissão vale postal nacional	424	424	5.632	5.632
Vale postal internacional - importação	175	175	239	239
Vale postal internacional - exportação	150	150	192	192
Reembolso postal – entrega	12	12	20	20
Venda de título de capitalização	2.701	2.701	2.131	2.131
Venda de produtos de terceiros e consignados	98	98	193	193
Recebimento de contas – serviços públicos	21	21	20	20
Recebimento de contas – serviços particulares	52	52	55	55
Recebimento para o Postalis	29.354	29.354	31.631	31.631
Recebimento de imposto de importação	6.883	6.883	6.184	6.184
Serviços virtuais	252	252	229	229
Certificado digital	2.886	2.886	1.814	1.814
Outros recebimentos/arrecadações	111	111	140	140
TOTAL	43.119	43.119	48.480	48.480

11.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional: corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

11.5.2 – Recebimento para o Postalis: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

11.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

11.5.4 – Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

11.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc.

11.6 – Adiantamentos de Clientes: refere-se, principalmente, a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de março.

11.7 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 80.452 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de março/2017 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

11.8 – Precatórios Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de março/2017 equivale às obrigações vencíveis no curto prazo.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Circulante)	100.458	100.458	89.145	89.145
TOTAL	100.458	100.458	89.145	89.145

11.9 – Provisões com Patrocinadas/Mantidas:

Provisões	31/03/17	31/12/16
Correios Saúde	343.409	387.894
Previdência	12.500	22.160
Postalis (BD)	11.000	20.678
Postalis (PostalPrev)	1.500	1.482
TOTAL	355.909	410.054

11.10 – Empréstimos e Financiamentos: A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação	Amortização Principal	Amortização de juros	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/16	750.000	-	-	(29.076)	999	721.923
31/03/17	721.923	-	(27.385)	-	28.836	723.374

*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

1 - Cédula de Crédito Bancário.

2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias.

11.11 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, e a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

11.12 – Receitas a Apropriar: do montante de R\$ 23.717, registrado nesta rubrica, R\$ 23.681 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2017; e R\$ 36 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios.

11.13 – Obrigações Financeiras a Pagar:

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834.

Em 05/12/2016, foi assinado o segundo termo aditivo ao instrumento de Distrato do contrato de correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, a partir de 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que o vencimento da 1ª parcela ocorreu em 02/01/2017. Ao final do 1º trimestre a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Dívida Total
31/12/16	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928
31/03/17	854.928	(71.972)	24.496	807.452

11.14 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saúde Ocupacional	5.336	5.336	4.614	4.614
Ressarcimento de Despesas Administrativas	70.895	70.895	71.295	71.295
Ambulatórios	2.205	2.205	-	-
Benefício Medicamentos	1.246	1.246	948	948
TOTAL	79.682	79.682	76.857	76.857

11.15 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	8.630	8.630	7.905	7.905
Caução de fornecedores	27.853	27.853	27.745	27.745
Outros créditos diversos	1.691	1.691	2.248	2.248
Valores a regularizar	3.726	3.726	18.021	18.021
TOTAL	41.900	41.900	55.919	55.919

11.15.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 8.630 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao Sesi/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

11.15.2 – Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 27.853 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

NOTA 12 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

12.1 – Benefício Pós-Emprego

12.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)		
Descrição	31/03/17	31/12/16
CorreiosSaúde	6.700.321	6.532.848
Postalis – BD	1.957.744	1.934.287
Total da obrigação atuarial*	8.658.065	8.467.135

*Devido à peculiaridades do Plano Postalis – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 8.474 no 1º trimestre de 2017 Nota 11.3., registrados na conta Postalis – Empregador em encargos sociais e R\$ 11.000 referente a Postalis Empregador registrado no subgrupo Provisões com Patrocinadas/Mantidas – Nota 11.9.

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

12.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalis e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

12.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalis. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

- **Postalis – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postalis foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

12.1.1.3 – Avaliação Atuarial

Em 2016, a empresa VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CFC nº 1425/2013, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

O resultado e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Montantes de:			
Custo do serviço corrente líquido	(180.323)	43.699	61.137

PROJEÇÕES PARA 2017

Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Custo de juros líquido	(744.091)	19.834	(440.631)
Total da despesa/receita a reconhecer	(924.414)	63.533	(379.494)

12.2 – Passivos Contingentes: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de março de 2017, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

12.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo Inicial 31/12/16	Valor alterado para perda "Possível" ou "Remota"	Valor convertido em Precatório	Valor alterado (1)	Valor incluído	Atualização monetária do período	Saldo final 31/03/17
DEMANDAS JUDICIAIS							
Cível	54.855	(942)	(333)	1	4.120	1.210	58.911
Fiscal	9.492	(4.080)	-	-	439	214	6.065
Trabalhista	410.392	(4.334)	(5.208)	2.428	6.806	5.141	415.225
Sub total	474.739	(9.356)	(5.541)	2.429	11.365	6.565	480.201
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS							
Cível	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal	1	(1)	-	-	-	-	-
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-
Sub total	1	(1)	-	-	-	-	-
Total	474.740	(9.357)	(5.541)	2.429	11.365	6.565	480.201

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

12.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

12.2.2.1 – Perda Possível

A empresa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Em 31/03/2017, os passivos contingentes com risco de perda possível são representados por 18.835 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 31/03/17 Natureza Processual	Processo Judicial		Processo Administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	3.585	1.108.019	126	642	3.711	1.108.661
Fiscal	482	398.668	328	264.238	810	662.906
Trabalhista	14.299	924.886	15	54	14.314	924.940
Total	18.366	2.431.573	469	264.934	18.835	2.696.507

12.3 – Tributos Compensados: O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

	31/03/2017		31/12/2016	
TRIBUTOS COMPENSADOS	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados	11.271	11.271	11.203	11.203
TOTAL	11.271	11.271	11.203	11.203

12.4 – Tributos Diferidos: Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

Em decorrência da assunção da Imunidade Tributária Recíproca, os saldos dos passivos fiscais diferidos de IRPJ foram revertidos contra o resultado do exercício, quando a origem se justifica por diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização e contra o patrimônio líquido quando a origem refere-se a impostos diferidos sobre o custo atribuído aos bens imóveis.

	31/03/2017		31/12/2016	
TRIBUTOS DIFERIDOS	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR Diferido	-	-	-	-
CSLL Diferido	473.321	473.321	473.321	473.321
TOTAL	473.321	473.321	473.321	473.321

12.5 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2018:

	31/03/17		31/12/16	
PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Não-Circulante)	22.281	22.281	18.642	18.642
TOTAL	22.281	22.281	18.642	18.642

12.6 – Obrigações Trabalhistas: O Plano de Desligamento Incentivado – PDI foi aprovado em novembro de 2016 para os empregados em condições de se aposentar, com desligamentos no período de março a junho/2017. No mês de março houve 117 adesões, com previsão de 5.491

empregados até o final do Plano. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 380 mil no 1º trimestre de 2017.

	31/03/2017
PDI/2017 - CP	4.185
PDI/2017 - LP	31.962
TOTAL	36.147

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 – Composição Acionária do Capital Social: Capital Social constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969 que, em 30/09/16, totaliza R\$ 3.179.458. A atualização do valor do Capital Social no Estatuto está em andamento. As informações detalhadas do Capital Social foram apresentadas na Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2016.

13.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.931.965	4.931.965	4.931.965	4.931.965
Tributo Diferido	(443.585)	(443.585)	(443.585)	(443.585)
TOTAL	4.488.380	4.488.380	4.488.380	4.488.380

13.3 – Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/03/17	31/12/16
Passivo atuarial líquido – BD	(1.251.016)	(1.251.016)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	112.591	112.591
Passivo atuarial líquido – Correios saúde	(2.935.534)	(2.935.534)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – Correios saúde	264.198	264.198
Passivo atuarial líquido – POSTALPREV	(170.977)	(156.218)
Programa de Demissão Incentivada (PDI) 2017	(36.147)	-
TOTAL	(4.016.885)	(3.965.979)

13.4 – Prejuízos Acumulados: o prejuízo do exercício de R\$ 470.145 resultando um prejuízo acumulado de R\$ 3.885.922.

NOTA 14 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

14.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	31/03/17	31/03/16
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	4.476.792	4.490.771
Receitas Nacionais	4.378.687	4.399.759
Receitas Internacionais	98.105	91.012
(-) DEDUÇÕES	(290.998)	(333.931)
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	(286.875)	(333.638)
Receitas canceladas	(4.123)	(293)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	4.185.794	4.156.840

No 1º trimestre de 2017 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 4.185.794. Levando-se em consideração os sete maiores destaques nas vendas, que alcançam 88% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 51% da receita do período.

Para efeito de comparabilidade acrescentamos no exercício de 2016 a receita de descontos incondicionais no grupo de Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta de 2016

RECEITAS	31/03/17	(%)	31/03/16	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	1.361.125	32,52	1.391.538	33,24
Sedex	740.188	17,68	703.641	16,81
Carta	692.257	16,54	690.591	16,50
PAC	558.585	13,34	427.124	10,20
Banco Postal	59.386	1,42	300.457	7,18
Mala Direta Postal	105.505	2,52	112.677	2,69
E-Sedex	169.193	4,04	146.980	3,51
TOTAL	3.686.239	88,07	3.773.008	90,14

14.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos no 1º trimestre de 2017 atingiram R\$ 3.784.790. Desse total, R\$ 2.494.949 referem-se a custo com pessoal, encargos e serviço saúde, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	31/03/17	31/12/16
Pessoal	2.494.949	2.463.408
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	2.095.526	2.009.082
Serviço Saúde	399.423	454.326
Material e Produtos	55.940	50.888
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	275.167	238.566
Utilidades	84.212	84.425
Aluguéis	113.869	114.650
Impostos/Taxas/Contribuições	8.965	10.772
Transporte de Malas e Malotes	350.587	357.190
Depreciação e Amortização	63.101	55.877
Internacionais	12.421	17.880
Remuneração de AGF	325.579	278.013
TOTAL	3.784.790	3.671.669

14.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 73.152.

14.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 831.537, sendo que a despesa de R\$ 830.252 refere-se à Controladora e R\$ 1.285 refere-se à Controlada.

	31/03/17	31/03/16
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	551.838	534.982
Pós-Emprego Previdência	42.483	77.492
Pós-Emprego Saúde	167.473	201.837
Outras Despesas	69.743	19.447
TOTAL	831.537	833.758

14.5 – Resultado de participação em controlada

Representa valor decorrente do resultado da Correiospar no 1º trimestre de 2017.

14.6 – Outras Receitas Operacionais

	31/03/17	31/03/16
Multas de fornecedores	23.505	16.211
Atividades não continuadas	552	4.107
Multas de clientes	8.963	11.385
Anuidade de ACF's	3.299	2.871
Despesas recuperadas/Outras	2.148	8.420
TOTAL	38.467	42.994

14.7 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Impostos vinculados à receita	-	46	34.208	34.265
Prejuízos na alienação de bens	1.594	1.594	181	181
TOTAL	1.594	1.640	34.389	34.446

14.8 – Receitas Financeiras

A redução de R\$ 9.994 no total do grupo deve-se, principalmente, ao decréscimo da variação cambial internacional.

	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	56.915	57.897	49.573	50.795
Variação Cambial Internacional	13.704	13.704	22.783	22.783
Juros	209	209	4.328	4.328
Variação Monetária	4.007	4.008	6.762	6.766
Outras Receitas Financeiras	2.476	2.475	3.615	3.614
TOTAL	77.311	78.293	87.061	88.286

14.9 – Despesas Financeiras

	31/03/17		31/03/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos de Financiamento e dívida interna	53.441	53.441	71.735	71.735
Variação Cambial	22.761	22.761	64.300	64.300
Perdas em Aplicações Financeiras	2.601	2.601	12.701	12.701
Outras	2.777	2.777	3.359	3.362
TOTAL	81.580	81.580	152.095	152.098

NOTA 15 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

15.1 – Contribuição Social no Resultado

As despesas da contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. A contribuição social sobre a renda é reconhecida na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, a contribuição também é reconhecida no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O encargo da contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

As despesas de contribuição social do período compreendem o tributo corrente e diferido, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DE CSLL	31/03/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(470.145)	(470.493)	(657.080)	(658.559)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	0	0	(125.667)	(125.667)
Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	(470.145)	(470.493)	(782.747)	(784.226)
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(42.313)	(42.438)	(266.158)	(266.661)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	1.156	1.160	(180.543)	(180.523)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	4.099	4.099	326.601	326.555
Adições	146.647	146.647	516.639	516.703
Exclusões	(142.548)	(142.548)	(190.038)	(190.148)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre o Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(37.058)	(37.179)	(120.100)	(120.629)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ⁽¹⁾	-	-	(11.310)	(11.310)
Baixa de Imposto de Renda não recuperável ⁽²⁾	-	-	(821.115)	(821.115)

15.2 – Contribuição Social no Diferido

Os valores da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidas são provenientes de diferenças temporárias, de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/03/2017
Ativos de Impostos Diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	33.868	-	-	33.868
Contingências Trabalhistas	17.708	-	-	17.708
Contingências Cíveis	5.022	-	-	5.022
Fornecedores Provisão	36.004	-	-	36.004
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	10.268	-	-	10.268
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	147.255	-	-	147.255
Outras Contingências	29.638	-	-	29.638
Ajustes RTT				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	44	-	-	44
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	4.542	-	-	4.542
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	129	-	-	129
Total de Ativos de Impostos Diferidos	284.478			284.478
Passivos de Impostos Diferidos				
Ajustes RTT				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	29.736	-	-	29.736
Total de Passivos de Impostos Diferidos	29.736	-	-	29.736

Apesar da reapresentação do lucro de 2014, o qual passa ao status de prejuízo contábil devido à contabilização de provisões, que produziram impacto direto para constituição de tributos diferidos em 2014, a administração nos últimos exercícios efetuou apenas a reversão do tributo diferido de Imposto de Renda em vista da Imunidade Tributária.

Por entender que não há perspectiva de lucro tributável futuro para compensar o incremento destes ativos, ocasionado pela reapresentação dos resultados de 2014, os valores da contribuição social diferidos, permanecem no quadro acima, os mesmos de 2014.

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Dessa forma, para o ano de 2017 apesar de haver base para constituição de ativos fiscais diferidos sobre a base negativa de CSLL em um montante de R\$ 37 milhões, as projeções de resultado para os próximos exercícios são suficientes apenas para suportar a perspectiva de realização dos saldos existentes até 31/12/2014.

As incertezas quanto ao cenário macroeconômico do país, sedimentam a decisão por não constituir ativos diferidos no exercício de 2017, bem como nenhum incremento relativo a reapresentações de exercícios anteriores, uma vez que as projeções podem oscilar significativamente. Dessa forma, permanecem no balanço de 2017, os saldos de ativos de

tributos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais até 31/12/2014, conforme quadro a seguir:

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sobre base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valores
2017	1
2018	72
2019	100
2020	102
2021	134
2022	166
2023	198
2024	237
2025	279
2026	326
Total do Diferido	1.615

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração, quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante ativo fiscal diferido.

15.3 – Contribuição Social Diferidos Reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme demonstração a seguir:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP) 31/12/2016 Constituição Reversão 31/12/2017

Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:

Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	264.199	-	-	264.199
Benefício Pós emprego Postalís BD	112.591	-	-	112.591
Total de Ativos de Impostos Diferidos	376.790			376.790

Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	443.585	-	-	443.585
Total de Passivos de Impostos Diferidos	443.585	-	-	443.585

Para o cálculo da contribuição social diferidos foram aplicadas às alíquotas de 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Ativos Fiscais Diferidos têm o seu aproveitamento em função da realização dos eventos que os originaram. Considera-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, identificada a partir de análises de tendências futuras reveladas em estudo técnico elaborado com base em premissas estratégicas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, os quais podem vir a sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos sobre os Outros Resultados Abrangentes considerando que a Empresa possui um passivo fiscal diferido, ou seja, uma obrigação referente a um valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Nesse entendimento, o confronto dos eventos futuros, quais sejam: os valores lançados contra outros resultados abrangentes e o acréscimo patrimonial advindo do custo atribuído, sintetizam-se em um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido que em parte se justificam.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

16.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

16.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2017, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinadora Mantenedora
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

16.3 – Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

16.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento

de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

16.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

16.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, plano de benefício pós-emprego, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

16.4 – Remuneração do pessoal chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		CorreiosPar		Postal Saúde ¹		Postalis	
	1º Trim. 2017	1º Trim. 2016	1º Trim. 2017	1º Trim. 2016	1º Trim. 2017	1º Trim. 2016	1º Trim. 2017	1º Trim. 2016	1º Trim. 2017	1º Trim. 2016
Benefícios de Curto Prazo										
Conselho de Administração/Deliberativo ²	24	24	39	58	47	36	-	-	71	72
Conselho Fiscal	14	14	81	29	11	27	-	-	47	48
Diretoria Executiva	20	20	1.109	801	226	236	-	-	463	425
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58	58	1.229	888	284	299	-	-	581	545

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	31/03/17	31/12/16
Menor salário	1.520	1.520
Maior salário	46.728	46.728
Salário médio	2.523	3.895
Dirigentes		
Presidente	46.728	46.728
Vice-presidentes	40.633	40.633
Conselheiros		
Conselho fiscal	4.475	4.475
Conselho de administração	4.475	4.475

Brasília-DF, 30 de Janeiro de 2018.

Guilherme Campos Júnior
Presidente

Carlos Roberto Fortner
Vice-Presidente de Finanças
e Controladoria

Heli Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente de Gestão
Estratégica de Pessoas

Demetrius Torres Guiot
Vice-Presidente de Administração

José Furian Filho
Vice-Presidente de Negócios
Públicos

Francisco Eiji Wakebe
Vice-Presidente Comercial

Cristiano Barata Morbach
Vice-Presidente de Canais

**Eugênio Walter Pinchemel
Montenegro Cerqueira**
Vice-Presidente de Tecnologia
da Informação

**Miguel Martinho dos
Santos Júnior**
Vice-Presidente de
Operações

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora CRC/DF 014.297/O-0